



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº. 10381/13

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – REVISÃO DE APOSENTADORIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE – LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 4.619 / 2.015

1. DADOS SOBRE A REVISÃO DA APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: **Maria de Penha Silva.**
 - 1.2.2. Matrícula: **84.208-7.**
 - 1.2.3. Cargo Efetivo: **Professor da Educação Básica III.**
 - 1.2.4. Lotação: **Secretaria de Estado da Educação.**
 - 1.2.5. Data de Nascimento: **16/01/1950.**
 - 1.2.6. Tempo de Contribuição: **31 anos e 08 dias (fls. 04/06 do Documento TC nº. 57405/14).**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **23/05/2013.**
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Diário Oficial do Estado, de 07/06/2013 (fl. 33).**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente da PBPREV, Senhor Hélio Carneiro Fernandes.**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A DIAPG concluiu, após análise de defesa¹ (fls. 50/51), pela legalidade do ato de revisão de aposentadoria de fl. 31 e seu competente registro.**
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **Oral, na Sessão, pela legalidade da revisão de aposentadoria e concessão do registro.**
4. VOTO: **Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, a servidora preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato de revisão de aposentadoria, o qual foi expedido por autoridade competente, e os cálculos proventuais estão corretos, de modo que Voto pela sua legalidade e pela concessão do competente registro.**

¹ A Auditoria apontou (fls. 40/42) ausência da certidão de tempo de serviço/contribuição da aposentada, documentação que poderia ser suprida com a apresentação do Acórdão que concedera o registro da aposentadoria inicial, documentação apresentada pelo gestor previdenciário à fl. 10 (Documento TC nº. 57405/14).

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato de revisão da aposentadoria, expedido por autoridade competente, em favor de servidora apta ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 26 de novembro de 2015.

ivin

Em 26 de Novembro de 2015



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



Cons. Marcos Antonio da Costa
RELATOR



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO